



QUILOMBO DA MORMAÇA – EM BUSCA DO TERRITÓRIO: UMA LUTA DAS MULHERES NEGRAS?

Heron Lisboa de Oliveira¹ – Unisinos
Docente do IFRS – Campus Sertão

Resumo:

Este trabalho tem como objeto discutir a busca pelo território e sua territorialidade a partir da ação liderada pela mulher quilombola na Comunidade do Quilombo da Mormaça. Apesar de todas as tarefas que desempenham dentro e fora do lar, um grupo de mulheres percebe que essa causa também é sua, por isso a necessidade do enfrentamento. Também discute as inúmeras atividades que realizam com a saída temporária dos homens daquela comunidade em busca de trabalho e a contribuição para sua continuidade. Na realização deste estudo, buscou-se mesmo que num curto período, observar, ouvir histórias e até vivenciar situações diárias – condições importantes para que fosse possível descrever aquela realidade. Percebeu-se uma maior coesão do grupo, diante de atitudes antes dispersas e individualizadas, enquanto que a luta pelo território e sua ocupação passa a ser contínua. Mas, fato marcante é a ascensão da mulher na condução de seus destinos e sua luta obstinada na busca de direitos e justiça. A autonomia e a liberdade são sinais latentes nas pessoas do Quilombo Mormaça.

Palavras chave: quilombolas, liderança de mulheres, território e territorialidade.

Caracterização

A Comunidade Quilombola da Mormaça localizada no interior do município de Sertão – norte do Rio Grande do Sul vive hoje em uma área aproximada de 15 hectares (conforme estudos, já foi bem maior), vinculam-se ao local cerca de 30 famílias. A comunidade surgiu como a maioria dos quilombos, em local de difícil acesso, anteriormente coberto por matas nativas regionais, especialmente floresta de araucárias, hoje desflorestada, substituída com plantações de soja, milho e trigo nas imediações. A origem do nome do município Sertão² dava a idéia de grande área desabitada. Índícios apontam que a comunidade foi formada por negros escravos fugidos das fazendas e charqueada do sul do estado, por volta de 1780. Desde 2001 reivindica a regularização do perímetro das terras em que vive e de áreas que lhes foram

¹ Doutorando do PPG em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

² O município de Sertão está localizado na região norte do estado do Rio Grande do Sul na latitude 27°59'04" e longitude 52°15'01", com uma área territorial totalizando aproximadamente 444km², altura média de 731m, distante 320km da capital (Porto Alegre), tendo como principais vias de acesso a BR-153 e RS-135. Os limites municipais são os seguintes: ao norte municípios de Estação e Getúlio Vargas, sul município de Coxilha, leste Tapejara e a Oeste os municípios de Erechim e Pontão. Sua população em torno de 6.700 habitantes. Fonte: Prefeitura Municipal – Gabinete, (2011, novembro).

tomadas a partir dos ciclos econômicos e da configuração colonial do Estado nacional brasileiro.

Os remanescentes sofrem pressão política e social, sejam, agricultores da região que foram se apoderando de terras produtivas que antes eram ocupadas e cultivadas por seus antepassados quilombolas, do próprio poder público (especialmente o local) na ausência de criação de oportunidades e políticas públicas ou, discriminação de setores da comunidade do município de Sertão. É limitado o apoio dos órgãos públicos no que se refere a educação, saúde, saneamento básico, lazer, esporte, cultura e etc. Considerando essa realidade os moradores sentiram a necessidade da criação de uma organização formal para melhor reivindicarem seus direitos e se contrapor aos que os desmobilizam, criando empecilhos ao fortalecimento da comunidade ou promovendo falsa sensação que seus pleitos estão sendo atendidos.

Em 28 de abril de 2007 em assembléia, constituem a Associação dos Remanescentes do Quilombo Mormaça, presidida por Laídes da Rosa, a qual ainda continua líder. Também desempenha a função de mãe, esposa, dona de casa e motivadora. A mobilização da comunidade têm tido continuidade pelo ímpeto de Laídes e mais um grupo de mulheres que organizam reuniões periódicas, planejam ações, elaboram documentos, procuram parcerias e apoiadores, mesmo limitadas às condições de estrutura física e de escolaridade. Estão embrenhadas na busca de uma gestão própria para a Comunidade focada na percepção e ação da mulher.

Território e territorialidade

Inicialmente têm-se a idéia que, "território" se refere a um espaço qualquer, geralmente marcado e defendido; espaço de sobrevivência de um grupo ou pessoa. O termo, originário do latim "*territorium*" (termo derivado de terra) figurava nos tratados de agrimensura, significando "pedaço de terra apropriada".

Um espaço delimitado e constituído por relações de poder, foi utilizado na ciência geográfica, remetendo o seu significado ao território nacional. Essa associação com o Estado nacional foi de fácil identificação. Isto porque a idéia de Estado esteve sempre associada a um determinado território onde poder e povo exerciam sua soberania. Esta forma de ver o território predominou na Geografia por muito tempo, contudo a maneira de enfocá-lo foi se

modificando. Se discutem situações de território construído e desconstruído independente do controle do Estado.

Conforme Karol (2000), outro exemplo que nos últimos anos vem ganhando importância é a “construção e desconstrução de territórios a partir dos movimentos reivindicatórios que se mobilizam para exigir direitos”. Aqui a escala espaço-temporal já é mais complexa variando segundo a proposta reivindicatória e o grau de relação estabelecida pelo movimento na sociedade.

O território não se reduz a uma entidade jurídica, e não pode ser assimilado a uma série de espaços vividos sem existência política ou administrativa reconhecidas. De acordo com Saquet (2007), o território resulta das relações sociedade/natureza e condição para a reprodução social; campo de forças historicamente determinadas. O autor considera que

As forças sociais efetivam o território, o processo social, no (*e com o*) espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana dos indivíduos e emanado dela, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, que condicionam nossa vida cotidiana. Formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos fundados em desigualdades e diferenças. Cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão certa forma e determinados conteúdos ao território e aos territórios. (SAQUET, 2007, p. 127, 128).

Para (BRUNET et al, 1993 apud KAROL, 2000), o território também não é um terreno e nem o ar da cidade. Ele não se reduz ao enraizamento dos camponeses a um lugar, e também não ao apego dos cidadãos urbanos a um bairro ou aos lugares que frequenta. Para “definir território é preciso algo mais, e este algo mais é um sentimento de pertencimento (“eu sou daqui”) e de apropriação (“isto é meu”, “esta é a minha terra”, “este é meu domínio”). O território tende a projetar sobre um certo espaço estruturas específicas de um grupo humano. E isto inclui um modo de classificação e gerenciamento do espaço, sua administração propriamente dita.”

Concordamos com a visão de território como um lugar habitado, constituindo-se assim, num lugar de “ocorrência de sentido”. Na mesma medida que, para Milton Santos, o território só faz sentido como espaço ‘usado’. “O território, diz ele, só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos justamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 2002, p. 10).

Sobre “territórios”, Haesbaert (2004), trabalha o conceito das multiterritorialidades, como as diferentes formas que se apresentam os territórios dentro do espaço. Como dentro do espaço encontramos as relações sociais pode-se afirmar que as relações sociais são os atores

principais das transformações espaciais e territoriais. As relações sociais produzem conceitos de espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens, ao fazerem esta ciranda às relações sociais são responsáveis por gerarem território multifacetado, e nesta ciranda surgem os processos geográficos brilhantemente. (MANÇANO, 2005 apud LEOPOLDO & MORAIS, 2008, p.3). Pretende-se assim, estudar a busca/manutenção/ampliação do território a partir da perspectiva da liderança feminina através da organização de mulheres na Comunidade Quilombola da Mormaça.

A Constituição Federal de 1988 insere a demarcação definitiva das terras quilombolas no artigo 68º das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A partir de então inicia-se um movimento em todo país pela identificação dessas comunidades e a busca pelo seu reconhecimento. O território tem um valor simbólico que não é mensurado, faz parte de um imaginário fantasiado de cultura que foge aos olhos da ciência e que só a vivência e a pertença a esse território saberão explicar. O grande objetivo dos quilombolas da Mormaça é a conquista da terra e nela poder viver em liberdade. “A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente por que não a tem”. (FREIRE, 2005, p. 37).

Os Quilombos no Brasil

Os quilombos eram formados em regiões afastadas das unidades de produção e dos aparelhos militares escravistas. Constituíam-se como resistência ao escravismo colonialista. Houve quilombos de diversos tamanhos, alguns pequenos, com apenas vinte ou trinta habitantes, e outros grandes, com centenas ou milhares de habitantes. De acordo com Theodoro (2011, p.5), no Brasil por volta de 1600 começava a se constituir o reino negro dos Palmares entre os estados de Alagoas e Pernambuco, se tornando o maior quilombo das Américas. Palmares era um conjunto de dez quilombos. Estima-se que, em 1671, sua população tenha sido algo em torno de 20 mil habitantes.

Quilombos na região do Planalto Médio Gaúcho

O norte gaúcho, mais especificamente a região do Planalto Médio onde se localiza o Quilombo da Mormaça, município de Sertão e próximo a Passo fundo, município pólo regional, é uma região que tardiamente foi incorporada ao território que atualmente conforma

o Rio Grande do Sul. Durante todo o século XVIII a região missioneira foi alvo de disputas entre as Coroas espanhola e portuguesa. O projeto português de garantir suas fronteiras recém conquistadas recompensou militares e estancieiros que se envolveram nos conflitos com a distribuição de lotes de terras (sesmarias).

A região, especialmente Passo Fundo desenvolveu-se com rapidez atraindo novos moradores e negócios, constituía caminho para a passagem de tropas bovinas e principalmente muares que eram transportadas até Sorocaba no estado de São Paulo para serem vendidas naquele comércio. Neste período a região ainda pertencia ao município de Cruz Alta, vindo a emancipar-se somente em 1857, caso de Passo Fundo.

De acordo com Santos (2009, p. 129), nas propriedades instaladas ao longo desse caminho a principal atividade era a criação de gado vacum e mulas onde a principal mão-de-obra foi a escrava. Com as primeiras estâncias os “*senhores da guerra*” se estabelecem com seus agregados e escravos, e como primeiros beneficiados com a posse das terras riograndenses, tornam-se também os “*senhores da terra*”, e enfatiza:

De fato, a análise de documentação primária acaba por nos revelar um planalto pastoril e escravista. Analisando os inventários *post-mortem* de Passo Fundo pudemos notar que dos 148 autos pesquisados, em 55,4% deles os inventariados possuíam escravos. (SANTOS, 2009, p. 130).

É possível ainda constatar a presença de escravos quando relata,

Podemos afirmar que mesmo estando dentro de um projeto comprometido com o povoamento da região Missioneira, a ocupação de terras no planalto, onde modernamente encontramos os municípios de Passo Fundo e Sertão, onde se localiza o quilombo da Mormaça, privilegiou a grande propriedade ao conceder amplas extensões de terras aos soldados a serviço da Coroa e que estes guerreiros ao se tornarem estancieiros se dedicaram a atividade mais lucrativa do período, a pecuária, sem prescindir do uso de mão-de-obra escrava. (SANTOS, 2009, p. 132).

Nessa condição, Sertão à época 3º distrito de Passo Fundo, foi local onde expandiram-se as propriedades por existir extensas áreas de matos ainda não “ocupados” ricos em madeira, erva-mate, e pinhão, mas também pelos campos irrigados por pequenos rios e lajeados, propícios para a criação de gado, sobrando aos pequenos lavradores essas matas para utilizar. Os primeiros a expandirem suas propriedades nessa direção foram Amancio de Oliveira e Francisco Barros de Miranda. Este último, paulista, dedicava-se a tropear bovinos, fixou-se no distrito, tornando-se influente na elite local.

Conforme Ruckert et al (2002), em seu relatório, entre os escravos do plantel dos Miranda consta a escrava Cezarina. Esta tivera quatro filhos com Francisco de Miranda,

recebendo parte dos terrenos em doação do próprio Francisco. Em pesquisa nos registros de batismo foi encontrado outros 4 filhos de Cezarina, nascidos de “ventre livre”: os gêmeos Quirino e Quirina, nascidos em 1875; Juvenal, nascido em 1876 e Antão, nascido em 1879. Entre os bens de raiz são arrolados seis imóveis, entre eles uma casa na rua de Comércio, um potreiro nos “*subúrbios*” da Vila, e duas invernadas, uma denominada Bugio e outra Arvinha. Estes campos eram contínuos cobriam aproximadamente 14.000 hectares. Foi na Invernada da Arvinha que teria se consumado a doação à escrava Cezarina, e é onde atualmente está localizada a Comunidade Remanescente Quilombo da Arvinha, (SANTOS, 2009, p.133/4).

Quilombo da Chica Mormaça

Extensas eram as áreas das propriedades de Francisco de Miranda e seu vizinho Amancio de Oliveira Cardoso. Praticamente todo o 3º distrito, hoje município de Sertão pertenciam aos concunhados. Amancio de Oliveira Cardoso tornara-se também influente na localidade, foi eleito vereador duas vezes. Em seu novo mandato, a partir de 1884, exerce o cargo de vice-presidente da Câmara. Nesse ano a campanha abolicionista é retomada, impulsionada principalmente por um decreto de 24 de março de 1884 em que a Província do Ceará decretou a libertação de todos os escravos daquela Província. Nesse momento, Amancio de Oliveira alforria sua escrava Firmina Vieira, pertencente a ele por herança deixada por sua mãe em 1863, quando esta contava ter 5 anos, e que 30 anos após daria a luz a Francisca, a *Chica Mormaça*.

Francisca Vieira nasceu entre 1892/1894, conforme consta em sua certidão de casamento, realizado em outubro de 1911 com Luiz Bernardo da Cruz, com quem teve quatro filhos. Em laudo apresentado ao Incra/RS em 2007, Santos et al, 2007, detalham ser provável que Firmina e Elisbão tenham, com seus filhos se instalados nas matas que circundavam a propriedade de Francisco Miranda, Theobaldo Vieira e Amancio de Oliveira. As relações e laços de parentesco que uniam esses senhores facilitavam o trânsito de seus escravos e agregados entre suas propriedades. Firmina e Elisbão deslocam-se em busca de um lugar que pudessem abrigá-los com mais tranquilidade e segurança. Documentos comprovam que na demarcação a partir de 1907, dos lotes da seção 3, figuram entre os concessionários parentes diretos ou indiretos de Francisca Mormaça, sendo que alguns deles podem ser considerados seus ascendentes.

A ocupação/desocupação de um lugar

A área onde se assenta a Comunidade do quilombo da Mormaça, a época de sua ocupação, provavelmente tenha sido por apossamento consciencioso, considerando que Francisco de Miranda e Amancio de Oliveira participam no ano de 1871 da fundação da Sociedade Libertadora do Sexo Feminino que visava alforriar escravas e incentivar a campanha abolicionista, o que teoricamente, deveriam concordar com a “libertação”. Pelos dados descritos, ambos possuíam escravos, o primeiro herdara de sua esposa oito cativos e o segundo por herança de sua mãe possuía, pelo menos, quatro escravos, mas considerando o tamanho de suas propriedades e investimentos certamente estes indivíduos possuíam plantéis maiores³. No entanto, não se encontrou registros de que na ocasião da fundação da Sociedade algum deles foi libertado.

Para Rubert (2005, p. 118), sobre a forma como se deu a ocupação dessas áreas, importa ressaltar que os territórios das comunidades até aqui conhecidas foram conquistados através das mais variadas estratégias, por parte dos ex-escravos e seus descendentes: doação testamentária de ex-senhores, apossamento, compra e refúgio por aquilombamento, sobressaindo-se a doação testamentária.

A determinação e demarcação da área provável que os antecedentes quilombolas ocupavam, encontra-se ainda em tramitação. Nesse processo três laudos antropológicos foram contratados pelo Incra⁴ e realizados. Nesse contexto há dois grupos interessados diretamente, a Associação dos Remanescentes do Quilombo Mormaça e também uma Associação dos Agricultores que possuem suas áreas de terras limítrofes ao quilombo, que sustentam terem sido adquiridas legalmente e documentadas.

No Diário Oficial da União, seção 3, nº. 19 de 18 de outubro de 2010 foi publicado o Edital da Superintendência Regional do Incra no RS um objeto que delimita a área de 410,1493 hectares com um perímetro de 12.741,23 metros referente a regularização fundiária como território pertencente a Comunidade Quilombola da Mormaça. Em uma das discussões foi levantada uma área de 1.331 hectares, o que de certa forma parecia contemplar os quilombolas, em outra, levantou-se 37 hectares, que veio a contemplar os agricultores vizinhos a comunidade.

³ Francisco Barros de Miranda e Amancio de Oliveira Cardoso faleceram após a abolição da escravatura (1890 e 1904, respectivamente), portanto não foi possível precisar o número de cativos que ambos possuíam. Cf. Santos, 2009.

⁴ Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal criado em 1970. O Incra administra a [questão agrária](http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_de_questão_agrária) no [Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_de). Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_de. Acesso 15 de janeiro de 2012.

Diante da oficialização da área e aguardando contestações, ainda há um grande caminho a ser percorrido. Primeiramente serão chamadas as partes, no caso os agricultores, a apresentar documentação pública comprobatória de que são realmente proprietários das áreas, em seguida realizar o cálculo do valor das indenizações e possíveis contestações, previsão e provisão de recursos para os pagamentos e finalmente o esperado reassentamento das famílias quilombolas e a concretização de seus sonhos e lutas.

A liderança das mulheres negras

Na luta para afirmação desses espaços – os quilombos – algumas mulheres se destacaram pela liderança que possuíam nos grupos. Theodoro (2011, p. 7), se refere entre outras, a Aqualture e Teresa do Quariterê. Aqualture, líder que organizou sua fuga e de outros escravos para Palmares, atuou no processo de organização do Estado de Palmares, chefiou uma das povoações que levava seu nome – o Mocambo de Aqualture.

Outra liderança, foi Teresa do Quariterê, que durante duas décadas, no século XVIII, chefiou o Quilombo de Quariterê, de tal forma o organizou, fazendo com que sobrevivesse até 1770. Preocupou-se com a auto suficiência produtiva através de uma agricultura forte e a fabricação de tecidos a partir de grandes teares, comercializando seus excedentes. Também fez com que desenvolvesse o trabalho nas ferrarias (forjas), utilizando peças de ferro que eram armas contra os negros, transformando-os em instrumentos de trabalho.

Nos quilombos gaúchos, diversas mulheres também se destacaram como exemplo no Quilombo da Arvinha, situado entre os municípios de Coxilha e Passo Fundo, a escrava Cezarina juntamente com escravos fugidos organizou aquela comunidade, criando laços, fazendo com que mais tarde aquele local fosse reconhecido como local de habitação quilombola. A prática de uma estrutura matriarcal constatada em muitas comunidades negras rurais brasileiras também foi verificada na África. “No trabalho doméstico, na roça, no terreiro, no rio, na escola, na liderança comunitária, na organização das atividades culturais e religiosas a presença feminina é marcante”. (ANJOS, 2006, p. 158).

No Quilombo da Mormaça – foi na figura de Francisca da Mormaça que, de acordo com levantamento realizado, já nascera no local onde hoje é sede da comunidade – se constituiu a Vila Mormaça, conhecida até final da década de 70.

A partir desse período, diversas famílias moradoras se evadiram procurando melhores condições de sobrevivência, emprego e educação dos filhos. Tal fato agravou-se pela ação de

agricultores vizinhos, que lentamente avançaram no território com máquinas agrícolas e manualmente através da derrubada árvores e roçadas. Também houve negócios de compra e venda entre moradores e agricultores, que segundo relatos foram negociados por valores vis, ou pela simples troca – terra por animais (cavalos, vacas, porcos...), constituindo verdadeira extorquia de seus patrimônios.

Conforme, Rubert et al (2008), as políticas de subsídio à imigração europeia do século XIX, o processo de modernização da agricultura impetrado a partir de 1950 e a construção de rodovias são os principais fatores que impulsionaram o êxodo rural por parte das famílias negras e o atual quadro de fragmentação e expropriação dos territórios das comunidades. Mas contribuíram também para isso os baixos níveis de escolaridade e o conseqüente domínio precário dos códigos que mediavam a legitimação da apropriação, gerando a dependência de atores externos não comprometidos com concepções internas de justiça e direito e que, ao contrário, se aproveitaram da situação de fragilidade das comunidades para acelerarem processos de expropriação⁵.

Com a redução dos moradores, “a comunidade foi encolhendo”, relata Laídes Rosa – presidenta da Associação. *Como a terra diminuiu, também reduziu o trabalho na lavoura. Depois que ‘comecemo’ a lutar pela nossa terra, os agricultor não deram mais serviço ‘pra nós’, antes a gente roçava capoeira, ‘restevava’ milho que ficava nas lavoura depois de colherem, hoje não deixam mais. Não arrendam terra, nem querem trabalho em parceria com os Quilombola. Os homens tivera que procurar serviço fora daqui, vão pras colheita de maçã em Vacaria e Fraiburgo em Santa Catarina, safra da uva em Caxias, outros vão carregar frango nos caminhão em aviários da região e outros de diarista na cidade, ou sem serviço. Algumas mulheres foram trabalhar nas casa na cidade.*

Uma área reduzida, com baixa fertilidade, sem recursos para recuperá-la e adquirir insumos, fez com que a atividade agropecuária diminuísse, tornando o trabalho externo como diarista e as aposentadorias as principais fontes de renda. Mesmo assim, chama atenção a persistência da agrobiodiversidade nos pequenos quintais e terrenos, com práticas de cultivo e preservação de alguns tipos de sementes distintas do entorno. “Isso se reverte para padrões alimentares que prezam o que é produzido no interior dos 'domínios' familiares, reforçando princípios de autonomia expressos na recorrente presença do pilão”, (RUBERT, 2005 p. 127-131).

⁵ Depoimentos nessa direção são encontrados tanto nos laudos técnicos já realizados (LEITE: 2002; ANJOS et. al.: 2004; BARCELLOS et. al.: 2004) quanto o foram/são recorrentes durante as visitas às novas comunidades que se encontram em processo de auto-identificação. Geralmente dão conta da existência de 'papéis' que legitimavam a posse (escrituras, testamentos, recibos de pagamento do imposto territorial para o Incra, etc.), mas que foram 'estraviados' após confiados a alguém (geralmente advogados) que teria se responsabilizado em regularizá-la. Cf. Rubert et al (2008).

As mulheres e a Associação dos Remanescentes do Quilombo Mormaça – uma possibilidade investigativa

A Diretoria da Associação dos Remanescentes do Quilombo Mormaça, criada para legalmente representar e fazer os encaminhamentos daquela comunidade, criada em abril de 2007, como já relatado, está constituída em sua totalidade por mulheres negras quilombolas:

Presidenta: Laídes da Rosa

Tesoureiras: Marli Soares e Maria Helena

Secretárias: Marilene de Oliveira e Ariane Gonçalves

E ainda há um Conselho Consultivo formado por dez de seus moradores (mulheres e homens).

Financeiramente, a associação é mantida com contribuição de pessoas aposentadas, poucos apoiadores, além de alguma promoção realizada, o que quase não acontece. Sobrevive com escassos recursos.

Desde 2001 esse grupo luta no sentido do engajamento da própria comunidade para a busca de seus direitos. Já teve um número maior, mas a desmobilização, a desmotivação sob vários aspectos e especialmente a demora na solução da questão fez com que as pessoas fossem “desacreditando”. Coube assim, as mulheres a coordenação desse processo.

Percebeu-se que o isolamento desse grupo e dessa comunidade contribuiu de certa forma, para o surgimento da coletividade, através de uma vida comunitária intensa, o partilhamento material e de obrigações, da sobrevivência e a luta pela continuidade da comunidade. Um aspecto importante foi a discussão dos propósitos da Associação na comunidade externa, antes muito acanhada. Quais as razões, o porquê e oquê buscavam, no sentido de se contrapor a campanha de agricultores, sindicato rural e políticos locais que desfaziam de suas intenções, por vezes provocando atritos.

Entre os apoios que a Associação pode contar foi da Escola Agrotécnica Federal de Sertão, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão, uma instituição de ensino público que a 50 anos oferta cursos na área agrária de nível médio e recentemente cursos de nível superior. O Campus criou junto a seus servidores o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI, para desenvolver com essas comunidades atividades conjuntas. Um dos projetos iniciado em setembro de 2008, quando fazíamos parte daquela Escola Agrotécnica Federal, propôs aos interessados encontros de formação em conteúdos preparatórios à seleção novos alunos, considerando que

até aquele momento não havia nenhum estudante da comunidade na instituição. Outros vieram se somando, de forma que essa integração vem tendo continuidade.

Desde então temos tido notícias e acompanhado esse grupo de mulheres e agora temos retomado contatos para um trabalho de pesquisa mais sistemático. Ou seja, estamos realizando aproximações a essa realidade por acreditarmos que há uma riqueza de produção cultural, política e econômica a ser conhecida tanto pela sociedade em geral, mas em especial por escolas como a agrotécnica num exercício de diálogo e reconhecimento do diferente como alteridade. Para isso num primeiro movimento de sistematização do que observamos passamos a apresentar alguns pontos que consideramos como primeiras incursões para um mergulho que desejamos fazer nessa realidade como campo de pesquisa em Educação de Jovens e Adultos.

A visibilidade do movimento – primeiras incursões...

Representantes da Associação tem participado de eventos públicos quando convidados ou convocados. A Presidente Laídes Rosa e as companheiras de associação têm participado de audiências em câmaras de vereadores, com prefeitos municipais, associações de quilombolas e de agricultores, em escolas, rádios e outros.

No final do ano passado, 14 de novembro, conta Laídes que representantes dos 85 municípios gaúchos com quilombos estiveram presentes na Assembleia Legislativa do RS, onde ocorreu uma audiência pública. Do governo federal, porém, a presença foi discreta: cinco ministros foram convidados, mas apenas assessores foram enviados ao evento. Discursos escritos a punho foram previamente preparados pelos líderes quilombolas, para que nenhum detalhe do sofrimento das famílias fosse esquecido diante da mesa de autoridades. Evidências de que a luta dos quilombolas é historicamente desprezada apareciam não apenas na quantidade de famílias presentes à reunião, mas também nas faces marcadas pelo tempo e nas inúmeras inscrições para usar o microfone.

Em sua fala Laídes cobrou das autoridades empenho para a solução do processo. Tanto quilombolas, como agricultores precisam de uma solução para o impasse. *“Estamos lutando há anos e nada sai do papel. Nós queríamos que vocês desta mesa, dessem uma força. Estamos sendo excluídos e não queremos ir para outro lugar. Estamos lá há 60 anos. O quilombola não quer morrer, o sem terra não quer matar, só queremos o que é nosso.*

Precisamos de ajuda”, cobrou a representante do Quilombo Mormaça, Laídes de Oliveira. (Jornal O SUL, 11/11/2011, p.6).

Mulheres – liderança na religiosidade

Na escravidão brasileira, durante tempo, os quilombos foram perseguidos pelo governo e pelos senhores “proprietários” desses escravos. Dessas lutas, impiedosamente, desapareceram líderes religiosos que eram caçados. Nesse momento coube a mulher a responsabilidade religiosa dando continuidade as tradições religiosas e culturais da comunidade. Esses espaços estruturados de identidade cultural e as manifestações sociais e individuais tiveram através da liderança de mulheres sua continuidade, antes ameaçada com o desaparecimento do líder homem.

A atividade religiosa no Quilombo da Mormaça com relação ao culto as crenças africanas quase que desapareceu. Isso se deve também a entrada de novos membros nas famílias, miscigenando crenças e costumes, alterando assim o panorama sócio-cultural da população. Mas, de maneira mais profunda essa mudança de deu pela entrada das igrejas cristãs. Primeiramente a Igreja católica que sempre esteve mais próximo da organização da comunidade, parece ter mais devotos. Utiliza como espaço de celebrações o salão comunitário. A outra igreja a Assembléia de Deus, “a evangélica”, construiu uma pequena casa onde reúne seus fiéis e oferece seu espaço para encontros diversos como reuniões, cursos a comunidade, palestras (nossos encontros com a diretoria da Associação de moradores têm acontecido nesse local).

A evangelização, principalmente das crianças católicas está a cargo de uma das Mães Quilombolas, o que tem caracterizado essas comunidades. A catequese para a primeira comunhão e a crisma, ocorre a cada quinze dias na comunidade e mensalmente na paróquia do município em Sertão. Na “Igreja Evangélica” a catequese é trabalhada por um Pastor, junto com a Família.

A atividade rural produtiva

Com a saída de quase a totalidade dos homens para trabalhar fora do quilombo (ficaram os aposentados), coube também a atividade agrícola e pecuária as mulheres. Encarregam-se do cultivo de hortas caseiras, de arar o solo com junta de bois, plantio e colheita. Outras, das atividades com gado de leite e criação de animais.

A agricultura era basicamente de subsistência, um processo econômico arcaico muito dependente do esforço físico e pouco das possibilidades que a natureza pode oferecer com o emprego de conhecimentos mais aprimorados tecnicamente. Com incentivos governamentais recentes a atividade está passando a ser familiar, que se caracteriza pela produção destinada ao auto-consumo, porém comercializando os excedentes agrícolas, gerando assim renda. Através da Emater/RS⁶, recebem algum tipo de assistência técnica, e têm acesso a crédito bancário governamental através do Pronaf.⁷

Apesar disso, esse novo processo – de agricultura familiar pode ser caracterizado no Quilombo da Mormaça, como agricultura tradicional, cuja atividade se apóia nos conhecimentos acumuladas pela observação e a experimentação, utilizando técnicas menos agressivas ao meio ambiente, adaptadas as condições locais. Isso é perceptível pela transmissão oral dos mais velhos aos que hoje cultivam e/ou criam.

Outra atividade desenvolvida pelas mulheres é a agroindustrialização. Num projeto anterior da Emater/RS foram capacitadas algumas mulheres para a produção de alimentos a base de farinhas (pães,ucas, bolachas, massas e outras). Não teve êxito, não foi planejado o mercado consumidor, não havia compradores. Outro motivo apontado pelo grupo, a discriminação – as pessoas não compraram por ser fabricada “pelo quilombo”.

Hoje, precisamente em janeiro deste ano, chegou a Comunidade um forno e um conjunto de utensílios para a fabricação desses e outros produtos doadas pela Cáritas da Igreja Católica da Diocese de Passo Fundo com projeto aprovado de venda desses produtos ao Programa de Alimentação Escolar⁸ do Governo Federal que adquire de produtores familiares, quilombolas e comunidades indígenas, sua produção para ser fornecida na merenda escolar dos estudantes da rede pública de ensino.

Considerações

⁶ Emater/RS – Ascar – Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural com a missão de promover o Desenvolvimento Rural Sustentável por meio de ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos e participativos, visando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações e criando condições para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha. Fonte: <http://www.emater.tche.br/site/sobre/>. Acesso 25/02/2012.

⁷ Pronaf - O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Fonte: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso 25/02/2012.

⁸ Programa Nacional de Alimentação Escolar.O - PNAE é um programa complementar a educação, que objetiva fornecer alimentação escolar para os alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Um dos seus pilares é a universalidade no atendimento e a ampliação do atendimento, em 2009, para o ensino médio e o EJA. Fonte: http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foifeito/programa_60.php. Acesso 25/02/2012.

Possibilitada a permanência para pesquisa na Comunidade Quilombola da Mormaça, percebe-se nesses contatos, a documentação consultada e principalmente pela história oral contada, de que a luta pelo território e sua apropriação é o objetivo mais imediato. Esse espaço se traduz por demais necessário, para que haja um local de morada adequado e reconhecido, possibilitando o desenvolvimento das atividades agrícolas, pecuária, agroindustriais e artesanais para manutenção dos que ali vivem e comercialização do excedente. Também como “um território” de cultura e continuidade da identidade quilombola.

O espaço ocupado pelas mulheres desta Comunidade, talvez ocupado involuntariamente, trouxe ânimo e perspectivas para o grupo. Rompem com a invisibilidade, retomam a história passada, como exemplo de sua matriarca, Francisca Mormaça, e partem para a luta, reivindicado, enfrentando desafios, o poder e o descaso de muitos. As mulheres dessas comunidades estão comprometidas com o movimento e ampliaram seus horizontes de debate, ocupam esse espaço político e discutem temas que inquietam a todos/as. Perceberam que a liderança pode ser trabalhada, nem todos nascem com ela. Estão em busca novos atores.

Num plano local se ocupam de várias tarefas, são líderes, mães, são chefes de famílias, religiosas, benzedeadas, plantam e criam. Não esperaram, foram para a linha de frente e estão obstinadas pela conquista. Acredito, já passaram por fase mais difícil, em breve começarão a colher frutos de suas buscas.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araujo dos. Quilombolas tradições e cultura de resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. *Constituição Brasileira*. In: TÁCITO, Caio. Constituições brasileiras: 1988. 5. ed. Brasília: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia, CEE, 2005.

FABIANI, Adelmir. Mulheres quilombolas: presença, liderança e participação. www6.ufrgs.br/sncp/bkp/resumos/2010/for.../2010_for_gen_005.pdf. Acesso em 1º de fevereiro de 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

IFRS – Campus Sertão <http://sertao.ifrs.edu.br/>

Jornal O SUL, 11/11/2011 em <http://sul21.com.br/jornal/2011/11/quilombolas-cobram-do-governo-dilma-efetividade-do-decreto-de-titulacao-assinado-por-lula>). Acesso em 12 janeiro de 2012.

KAROL, Eduardo. Território e territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – F.A.S.E. (Dissertação de Mestrado). FFLCH/USP. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://emprende.org.br/pdf/>. Acesso em 6 de fevereiro de 2011.

LAGARDE, Marcela Lagarde y de los Rios. Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas. Universidad Autónoma de México. Ciudad Universitaria, 04510, Coyoacán, México, D.F. 2005, p. 9-57.

LEOPOLDO, Dayana & Morais, Vitor. Território e territorialidade: estudo de caso na comunidade quilombola de São Pedro de Cima. Universidade de Juiz de Fora/MG. 2008.

RUBERT, Rosane A. Comunidades Negras Rurais do RS: um levantamento socioantropologico preliminar. Porto Alegre: RS-Rural; Brasília: IICA, 2005.

RUBERT, Rosane A. et al. Comunidades Negras Rurais do RS: o trânsito rumo à auto-identificação como quilombola . Porto Alegre: RS-Rural, 2008.

RUCKERT, Aldomar Arnaldo et al. Laudo histórico-territorial sobre a comunidade rural negra remanescente de Quilombo da Arvinha. [S.l.]: INCRA, 2002.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Sherol dos. Territórios étnicos no pós-abolição: O caso do Quilombo da Mormaça (RS). Revista Fronteiras, Dourados, Ms, V. 11, N. 19, P. 127-141, Jan./Jun. 2009.

SANTOS, Sherol dos et al. Comunidade remanescente Quilombo da Mormaça: história, cotidiano e territorialidade. Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural de territórios quilombolas à luz da instrução normativa 20/2005/INCRA, apresentado ao INCRA/RS em janeiro de 2007.

SAQUET, Marcos A. Abordagens e Concepções de Território. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.120-139.

THEODORO, Helena. Mulher negra luta e fé – séc. XVI a XIX. 2011, (artigo). http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br/mn_mn_t_histo01.htm. Acesso 2 de fevereiro de 2012.